

# CONCURSO PÚBLICO

25 / NOVEMBRO / 2012



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EDITAL 02/2011

### CADERNO DE PROVAS

<b>CADERNO</b> <b>2</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>PROVIMENTO</b></li></ul>
<b>PROVAS:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>DISSERTAÇÃO</b></li><li>• <b>PEÇA PRÁTICA</b></li><li>• <b>QUESTÕES DISCURSIVAS</b></li></ul>

#### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 1 (um) tema para dissertação, 1 (uma) proposta para uma peça prática e 4 (quatro) questões discursivas. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas.
3. Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Respondidas as questões, você deverá transcrevê-las para a folha de respostas correspondente, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Durante o período de realização da prova, não se permite o empréstimo de material nem qualquer espécie de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio, conforme Cap. 12, item 14 do Edital.
6. Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que contiver qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade, conforme Cap. 12, item 22 do Edital.
7. Na Prova Escrita e Prática, conforme Cap. 13, item 3 do Edital, além do conteúdo específico, será avaliado o domínio da Língua Portuguesa.
8. Em nenhuma hipótese haverá substituição de Folha de Respostas por erro do candidato.
9. Será considerada nula e não será pontuada a prova cuja resposta estiver fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade, conforme Cap. 13, item 5.2 do Edital.
10. Na Prova Escrita e Prática, é permitida a consulta **apenas** a textos de legislação pertinentes às matérias sobre as quais versará a prova, desacompanhados de jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários, conforme Cap. 13, item 7 do Edital.
11. Não use corretivo líquido. Em caso de erro, use parênteses e passe um traço sobre o que não deve ser considerado. (Exemplo: ~~legislativo~~).
12. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 2 (duas) horas contadas a partir do efetivo início das mesmas.
13. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

### DISSERTAÇÃO – PROVIMENTO

**REDIJA** um texto dissertativo em que responda, **justificadamente**, os seguintes questionamentos:

Segundo a teoria adotada pelo Código de Processo Civil, o que se deve entender por conexão de ações? Como se identifica a conexão? Quais os pontos de interesse jurídico da conexão? Até em que fase do processo ela pode se formar, de acordo com o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça? Quais as regras para definição do juiz prevento? É possível, no processo civil tradicional, a modificação da competência absoluta pela conexão?

- Dê um título ao seu texto.
- Faça abaixo o rascunho do seu texto e, depois, transcreva-o para a folha própria, **à caneta**, com letra legível.
- Não use corretivo. Se necessário, coloque entre parênteses e passe um traço sobre o que não deve ser considerado.
- Seu texto deverá ter de 20 a 40 linhas

### RASCUNHO DA DISSERTAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

**PEÇA PRÁTICA – PROVIMENTO**

**ANALISE** a seguinte situação.

Antônio dos Santos faleceu viúvo em 2012, sem deixar testamento.

Deixou herdeiros maiores e solteiros: três filhos (Maria, José e João) e dois netos (Luiz e Ana), cujos pais faleceram em 2010.

Seu patrimônio era constituído de um apartamento no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); um veículo no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e o saldo de uma conta corrente bancária no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Um dos filhos (João) não quer receber a parte que lhe caberia na herança.

Orientados pelo advogado Dr. Tito, resolveram fazer o inventário e a partilha através de uma escritura pública.

**LAVRE** a escritura, com base nos dados acima.

**Atenção:**

- 1) **Não** qualifique as partes presentes ao ato.
- 2) A resposta a ser elaborada deve conter o máximo de 60 linhas.

**RASCUNHO DA PEÇA PRÁTICA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22

23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

**QUESTÕES DISCURSIVAS – PROVIMENTO****INSTRUÇÃO**

1. Assine somente o cabeçalho das folhas de resposta e não deixe pistas de identificação, no corpo das mesmas; caso isso ocorra, a prova escrita será anulada.
2. Somente serão corrigidas as respostas escritas com caneta esferográfica azul ou preta.
3. Produza o texto nos padrões da modalidade escrita da língua.
4. Observe o espaço reservado para a resposta. Não haverá folha complementar.
5. A legibilidade será considerada na avaliação da prova.
6. A escrita deve ser contínua, sem linhas em branco, nem mesmo para separar parágrafos.
7. Sua resposta deverá ser apresentada em, **no máximo**, 15 linhas.

**QUESTÃO 01 – DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

Qual é o órgão jurisdicional competente para julgar oficial de cartório que, em concurso de pessoas com prefeito municipal de determinado município de Minas Gerais, desvia, nesse município, para proveito comum, verba pública sujeita a prestação de contas perante órgão federal? Sua resposta deve ser devidamente justificada e deverá considerar a ocorrência de atração processual por conexão.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

**QUESTÃO 02 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO**

O art. 5º, II, da Constituição Federal, preceitua que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

**Pergunta-se:** Há diferença entre os princípios da legalidade e da reserva legal? Sim ou não? Justifique sua resposta.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

**QUESTÃO 03 – DIREITO COMERCIAL**

Viva Bem S/A, empresa constituída em janeiro de 1993, cujo objeto social é a operação de plano de assistência à saúde e que fatura, anualmente, importância superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), teve 200 (duzentas) duplicatas protestadas por falta de pagamento. Apesar de, juridicamente, apta para o exercício de sua atividade, em razão de uma crise financeira, deixou de pagar pontualmente suas dívidas e encargos trabalhistas, sendo impossível recompor-se sem que, para tanto, repactue suas dívidas. Constrangidos porque nunca enfrentaram situação semelhante à frente da Viva Bem S/A, os administradores (que são os mesmos desde a constituição da empresa) pretendem sua recuperação judicial.

**Pergunta-se:** É possível o deferimento do pedido nos termos da legislação vigente? Em caso positivo, quais os pressupostos legais a serem observados? Justifique sua resposta.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

**QUESTÃO 04 – DIREITO TRIBUTÁRIO**

Crédito tributário e obrigação tributária consistem no mesmo instituto? Justifique sua resposta.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG  
(31) 3249-7400 - [www.fumarc.org.br](http://www.fumarc.org.br) / [fumarcoconcursos@pucminas.br](mailto:fumarcoconcursos@pucminas.br)